AVALIAÇÃO E ACREDITAÇÃO NO BRASIL

Mariangela Abrão
Diretora de Avaliação da Educação Superior

Renato Augusto dos Santos
Coordenador-Geral de Controle de Qualidade da Educação Superior

Rio de Janeiro – RJ | Junho 2017

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
GOVERNO FEDERAL

Pesquisadores da Carreira do Inep

Mariangela Abrão

- Bacharel em Economia
- Mestre em Educação – Avaliação
- Doutora em Educação – Currículo

Renato Augusto dos Santos

- Licenciado em Matemática e Pedagogia
- Mestre em Educação – Psicologia da Educação
- Doutor em Educação – Currículo

SUMÁRIO

1. Avaliação e currículo
2. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
3. Acreditação no âmbito nacional e do Mercosul
4. Caracterização da Educação Superior brasileira
5. Contexto atual do Sinaes e do Arcu-Sul

1. AVALIAÇÃO E CURRÍCULO

CAMPO DA AVALIAÇÃO

- Avaliação é plurirreferencial. Então, é complexa, polissêmica, tem múltiplas e heterogêneas referências. Não é uma simples disciplina, com conteúdos já delimitados e modelos independentes. É um campo, cujo domínio é disputado por diversos saberes e práticas sociais de distintos lugares acadêmicos, políticos e sociais. Não sendo uma disciplina autônoma e bastante em si mesma, necessita de uma pluralidade de enfoques e a cooperação ou a concorrência de diversos ramos de conhecimentos e metodologias de várias áreas, não somente para que seja minimamente entendida ou reconhecida intelectualmente, mas também para poder ela própria se exercitar concretamente de modo fundamentado. Não sendo monorreferencial, expressa-se de diferentes modos e constitui distintos modelos (DIAS SOBRINHO, 2006).

CAMPO DA AVALIAÇÃO

- A palavra avaliação origina-se do latim, provindo da composição *a-valere*, que significa “dar valor a...”.17 (Luckesi; 2006, p.76) comenta que “(...) o conceito “avaliação” é formulado a partir das determinações da conduta de atribuir um valor ou qualidade a alguma coisa, ato ou curso de ação(...)”.

- Nessa mesma linha de pensamento, temos (RISTOFF; 1995, p. 46):

> A palavra avaliação contém a palavra “valor” e, por isso mesmo, não podemos fugir dessa concepção valorativa. Quando dizemos que avaliar tem função de (a)firmar valores, estamos dizendo também que negamos a suposta neutralidade do instrumento e do processo de avaliação para admitir que eles são sempre resultado de uma concepção impregnada de valores, sejam eles científico-técnicos, didático-pedagógicos, atitudinais, éticos, políticos, ou outro.

OPERACIONALIZAÇÃO DA AVALIAÇÃO

- Para que a avaliação aconteça, é necessário saber o que se quer avaliar.
- O escopo da avaliação é delimitado pelo currículo, que define os processos formativos, estabelecendo o perfil de egresso almejado e as ações pedagógicas que deverão ser realizadas para concretizá-lo.
- Nessa perspectiva, é preciso dizer de que concepção de currículo está se falando.
- Entende-se currículo como um artefato social e cultural, alocando-o no cenário mais amplo de suas determinações sociais, históricas e contextuais de sua produção. (MOREIRA & SILVA apud SANTOS, 2013)

UMA PERSPECTIVA CRÍTICA DE CURRÍCULO

- O currículo possui duas dimensões: texto (idealizado) e prática (realizado).

- O currículo abarca o caminho idealizado a ser percorrido e a forma de percorrê-lo, enquanto descrição textual, e as diversas "marcas" deixadas e constituintes do caminho percorrido, a prática curricular.

- Em uma perspectiva teórica que define o currículo como "[...] tudo o que se relaciona com o processo educativo, de maneira explícita ou implícita, envolvendo: (SANTOS, 2013, p. 225-226)

  a) os referenciais educacionais e os objetivos descritos no texto curricular e os efetivamente empregados nas práticas educativas;

  b) o conteúdo selecionado e a forma como será trabalhado com os alunos;

UMA PERSPECTIVA CRÍTICA DE CURRÍCULO

c) as estratégias de desenvolvimento das atividades curriculares previstas e as implementadas;

d) os livros e demais recursos e materiais pedagógicos selecionados e utilizados para promover a aprendizagem dos alunos;

e) as relações estabelecidas nos processos educativos entre professores, alunos, professor e aluno etc.;

f) as formas, os instrumentos e os critérios de avaliação previstos e utilizados para apurar a eficácia do projeto curricular e das práticas educativas e os conhecimentos, competências e habilidades construídos pelos educandos;

UMA PERSPECTIVA CRÍTICA DE CURRÍCULO

g) as subjetividades dos indivíduos que atuam nas atividades curriculares, como as concepções de mundo, sujeito, sociedade, educação, escola, entre outras;

h) as intencionalidades que perpassam e determinam os discursos e as dinâmicas educacionais;

i) as condições materiais e humanas concretas para a idealização, a estruturação e a operacionalização do projeto curricular; e

j) os aspectos ideológicos, políticos, econômicos, culturais, sociais, administrativos, pedagógicos etc., que perpassam o currículo".

COMO É PRESCRITO O TEXTO CURRICULAR PELO PODER PÚBLICO?

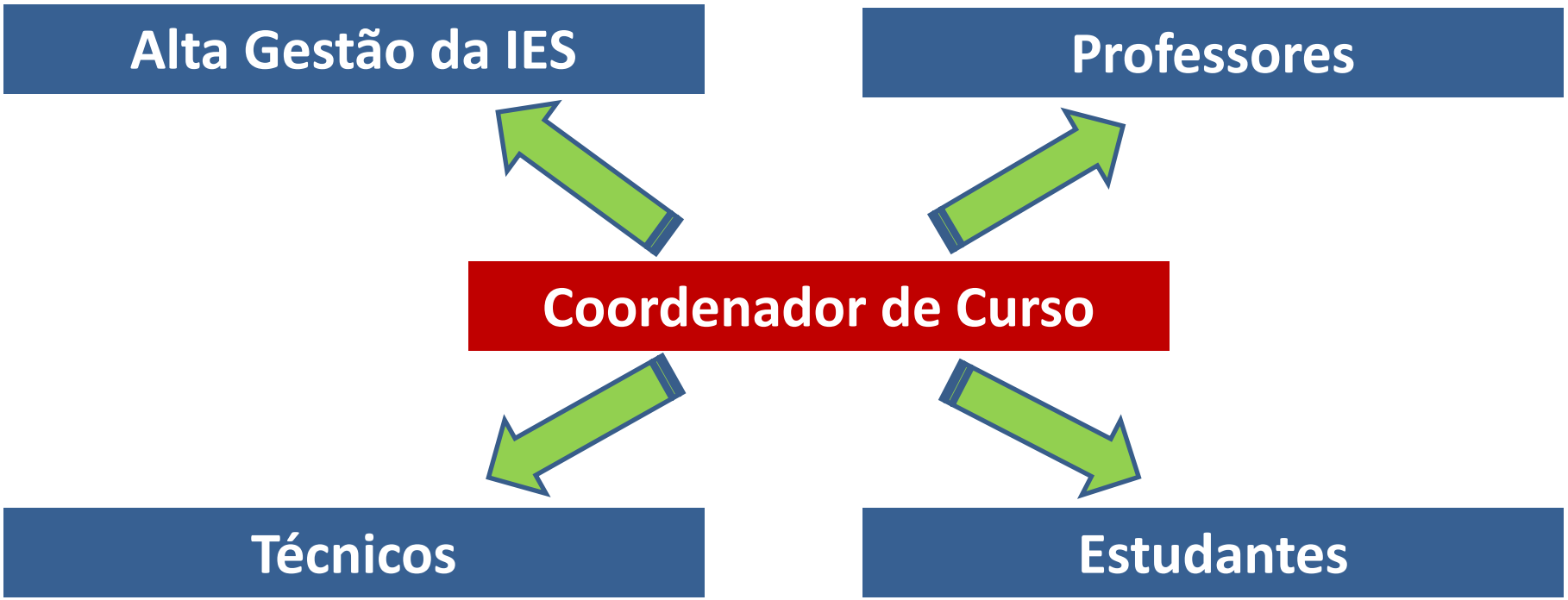
- No Brasil, os textos curriculares para referência nacional são expressos em Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), definidas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE).

- Desde o estabelecimento dessa forma de organização da política educacional, obteve-se maior flexibilidade para que Instituições de Educação Superior (IES) estruturassem suas propostas formativas. (ABRÃO, 2015)

- Embora houvesse avanço na direção de possibilitar a criação de caminhos distintos para se chegar ao perfil de egresso pretendido na política educacional do país, a flexibilização trouxe ainda mais desafios para a avaliação da Educação Superior no Brasil.

QUEM FAZ O CURRÍCULO ACONTECER NAS INSTITUIÇÕES?

- Isso depende do nível de atuação e do tipo de ação a serem realizados.



OS PROCESSOS FORMATIVOS NA GRADUAÇÃO

- Os processos formativos dos cursos de graduação devem atender às Diretrizes Curriculares Nacionais, expressos em seus Projetos Pedagógicos, que por sua vez expressam um ideário de formação para profissionais oriundos desses cursos.

- A definição e a implementação de políticas públicas educacionais estão imbricados com uma dinâmica dialética, que envolvem aspectos:

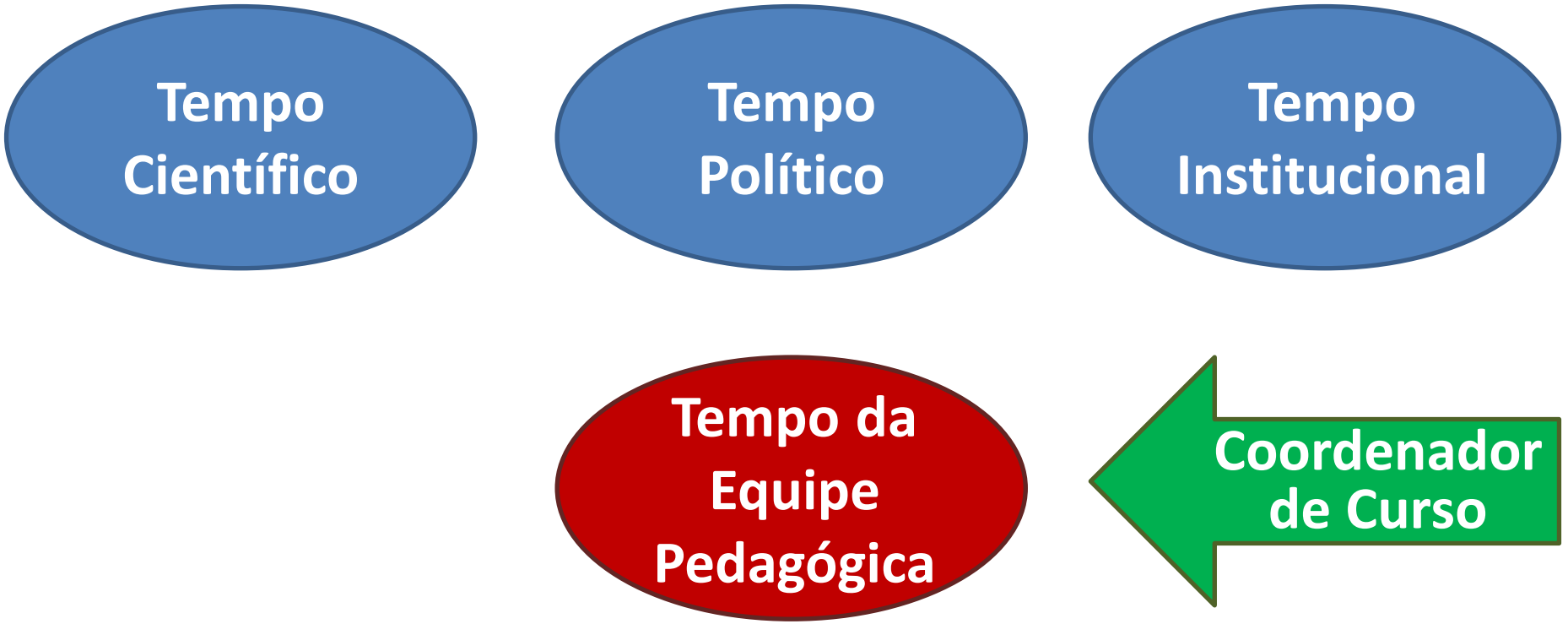
Científicos

Institucionais (Escolas)

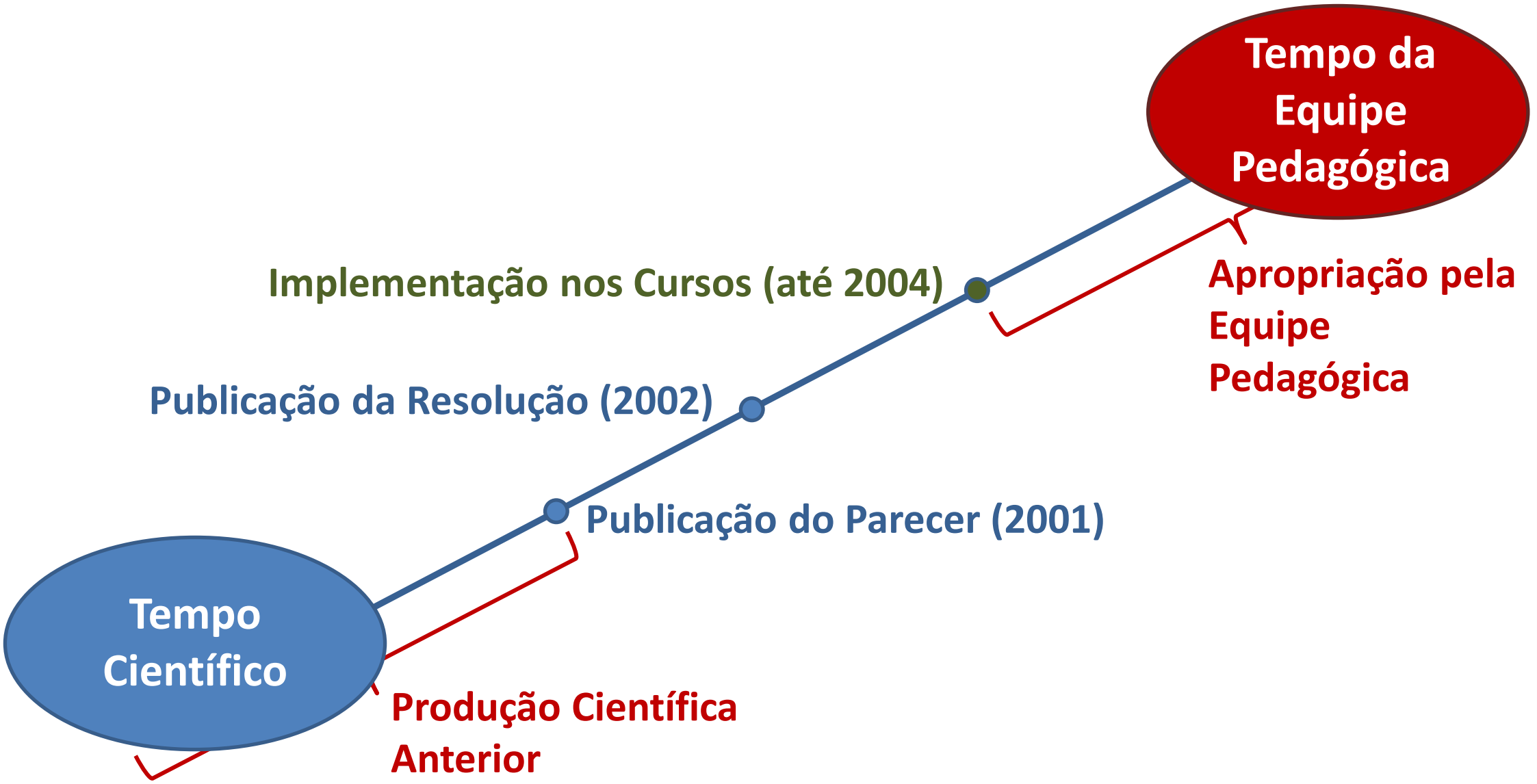
Políticos

Técnico-pedagógicos

- As diretrizes para formação de professores, em nível nacional, desde a concepção até a sua concretização nos processos formativos que ocorrem em sala de aula, são perpassadas por diferentes “tempos”.



EXEMPLO DE TEMPOS QUE PERPASSAM O CURRÍCULO



VOLTANDO À OPERACIONALIZAÇÃO DA AVALIAÇÃO NACIONAL

- Na perspectiva da avaliação em nível nacional, o que se pode avaliar é aquilo definido pelas proposições curriculares definidas pelo CNE.

- O Inep busca se aproximar das nuances que se configuram no âmbito das IES, ao envolver a comunidade acadêmica em seus processos avaliativos, nas suas diversas etapas.

- Quando se fala em desempenho de estudantes, uma das perspectivas da avaliação de um processo formativo, vale destacar:

  ✓ Quanto menos delimitada for a formação definida nas DCN, menos assertiva tende a ser o tipo de avaliação e menos efetiva para medir a efetividade das propostas formativas das IES.

VOLTANDO À OPERACIONALIZAÇÃO DA AVALIAÇÃO NACIONAL

- ✓ A ausência de DCN pode colocar a avaliação na posição de definidora do currículo prescrito pelo Poder Público, quando esse deveria pautar os caminhos da avaliação.
- ✓ A avaliação deve servir de subsídio para as reflexões e revisões acerca dos currículo prescrito como referência nacional, mas não deve determiná-lo.

2. SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR - SINAES

LEGISLAÇÃO ATINENTE À EDUCAÇÃO

Constituição Federal – 1988

Lei nº 9.394/1996
Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN)

Lei nº 13.005/2014
Plano Nacional da Educação (PNE)

Lei nº 10.861/2004
Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes)

Decreto nº 9.235/2017
Exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação

Portaria Normativa MEC nº 19/2017
Delineia os processos de avaliação

SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Lei nº 10.861/2004

- O Sinaes foi instituído "[...] com o objetivo de assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes [...]" (Art. 1º, Lei nº 10.861/2004).

- "A realização da avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes será responsabilidade do INEP" (Art. 8º, Lei nº 10.861/2004), sob a coordenação da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes).

SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Lei nº 10.861/2004

Os processos avaliativos no âmbito do Sinaes devem assegurar:

- Análise global e integrada
- Caráter público
- Respeito à identidade e à diversidade de instituições e de cursos
- Participação da comunidade acadêmica
- Valorização da missão pública das IES
- Promoção dos valores democráticos e do respeito à diferença e à diversidade
- Afirmação da autonomia e da identidade institucional
- Utilização de procedimentos e instrumentos diversificados

FUNÇÕES DE REGULAÇÃO, SUPERVISÃO E AVALIAÇÃO

Decreto nº 9.235/2017

Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres)

REGULAÇÃO

Realizada por atos autorizativos de IES e de cursos de graduação

(credenciamento, recredenciamento, autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento)

SUPERVISÃO

Objetivo de zelar pela qualidade da oferta de Educação Superior no Sistema Federal

Inep

AVALIAÇÃO

Processo formativo e referencial para a regulação e supervisão da Educação Superior, a fim de promover a melhoria de sua qualidade

AVALIAÇÃO EXTERNA

- **Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade)**

  Realizado para avaliar cursos e instituições ao aferir conhecimentos, competências e habilidades desenvolvidas pelo estudante ao longo do curso. Em última instância, o Enade avalia a eficácia da proposta educativa dos cursos, levada a cabo pelo currículo.

- **Avaliações *in loco***

  Realizadas com abordagem mais qualitativa de avaliação sobre as condições de oferta dos cursos de graduação e da estrutura das IES.

- **Indicadores de Qualidade da Educação Superior**

  Produzidos com abordagem mais quantitativa, utilizam os resultados do Enade e outras informações existentes nas bases oficiais do Governo Federal.

AVALIAÇÃO INTERNA

- **Autoavaliação das IES**

  Realizado para subsidiar o aprimoramento contínuo dos processos formativos oferecidos pelos cursos da IES, devendo enfocar as diversas dimensões nesses imbricadas, conduzidos por suas Comissões Próprias de Avaliação (CPA).

ABRANGÊNCIA DOS PROCESSOS AVALIATIVOS

- **Desempenho dos Estudantes** – realizada mediante aplicação do Enade.

  Resultados: *Nota do Estudante no Enade* e *Conceito Enade*.

- **Cursos de Graduação** – avaliação dos cursos de graduação para fins de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento (Avaliação *in loco*); Indicadores de Qualidade da Educação Superior para cursos.

  Resultados: *Conceito de Curso (CC)*, *Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD)* e *Conceito Preliminar de Curso (CPC).*

- **Instituições de Educação Superior** – autoavaliação (por intermédio da CPA) e avaliação institucional (visita in loco) para fins de credenciamento e recredenciamento); Indicador de Qualidade da Educação Superior para IES.

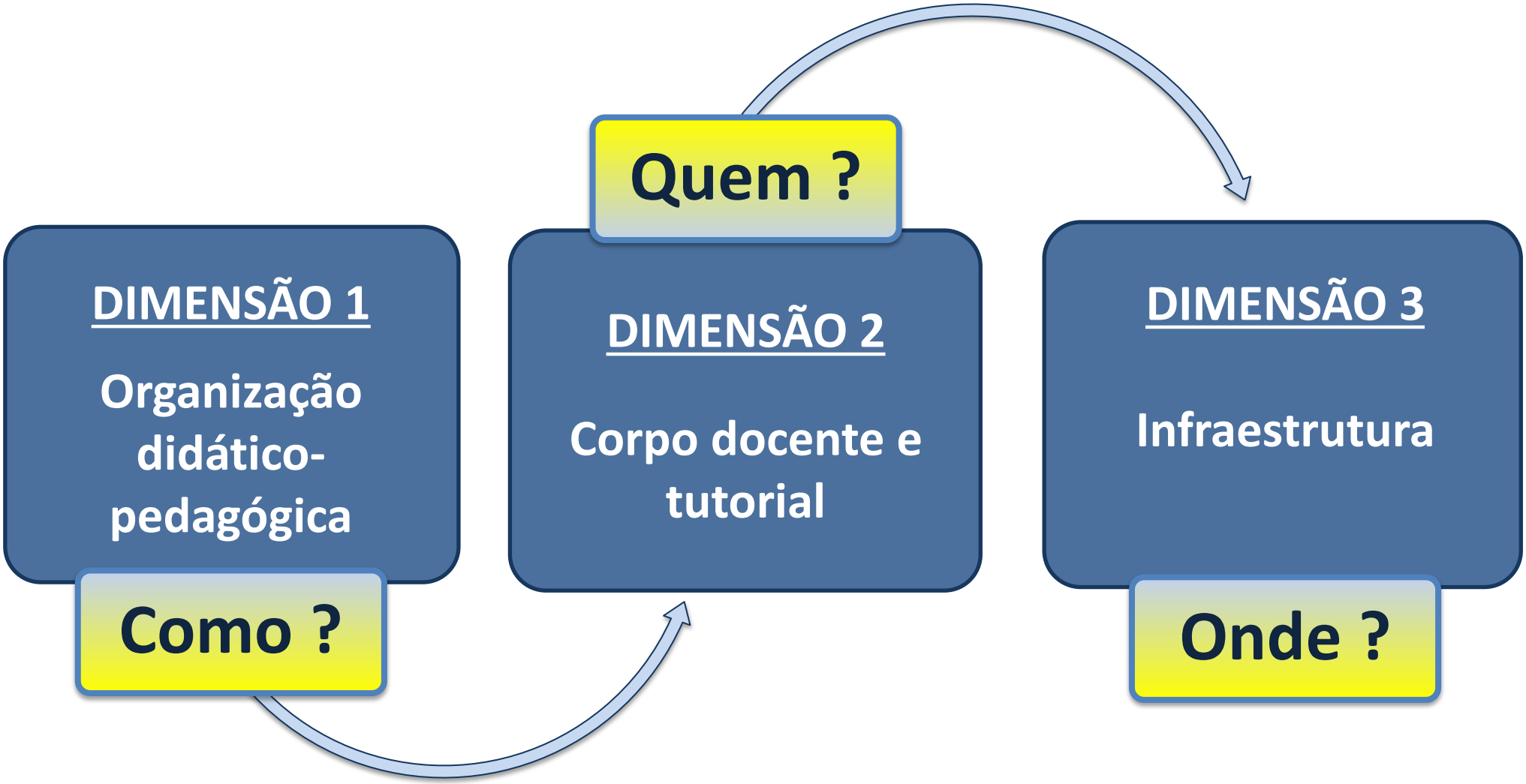
  Resultados: *Conceito Institucional (CI)*, *Relatório de Autoavaliação* e *Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC)*.

DIMENSÕES DA AVALIAÇÃO DE IES

DIMENSÕES	
1	Missão e PDI
2	Política para ensino, pesquisa, pós-graduação e extensão
3	Responsabilidade social da IES
4	Comunicação com a sociedade
5	As políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e técnico-administrativo
6	Organização de gestão da IES
7	Infraestrutura física
8	Planejamento de avaliação
9	Políticas de atendimento aos estudantes
10	Sustentabilidade financeira

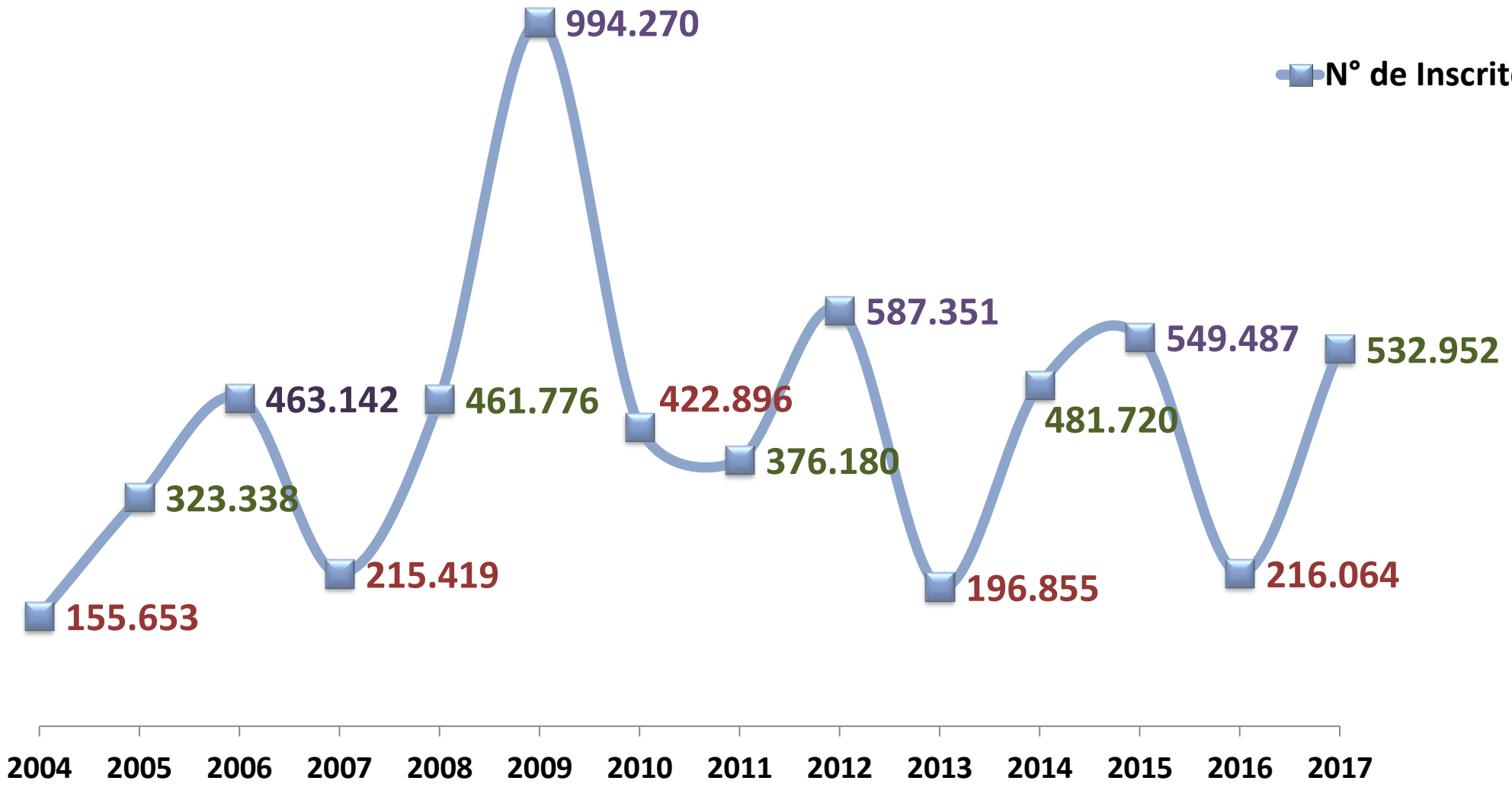
EIXOS		DIMENSÕES
1	Planejamento e Avaliação Institucional	Dimensão 8 e Relato Institucional
2	Desenvolvimento Institucional	Dimensões 1 e 3
3	Políticas Acadêmicas	Dimensões 2, 4 e 9
4	Políticas de Gestão	Dimensões 5, 6 e 10
5	Infraestrutura	Dimensão 7

DIMENSÕES DA AVALIAÇÃO DE IES

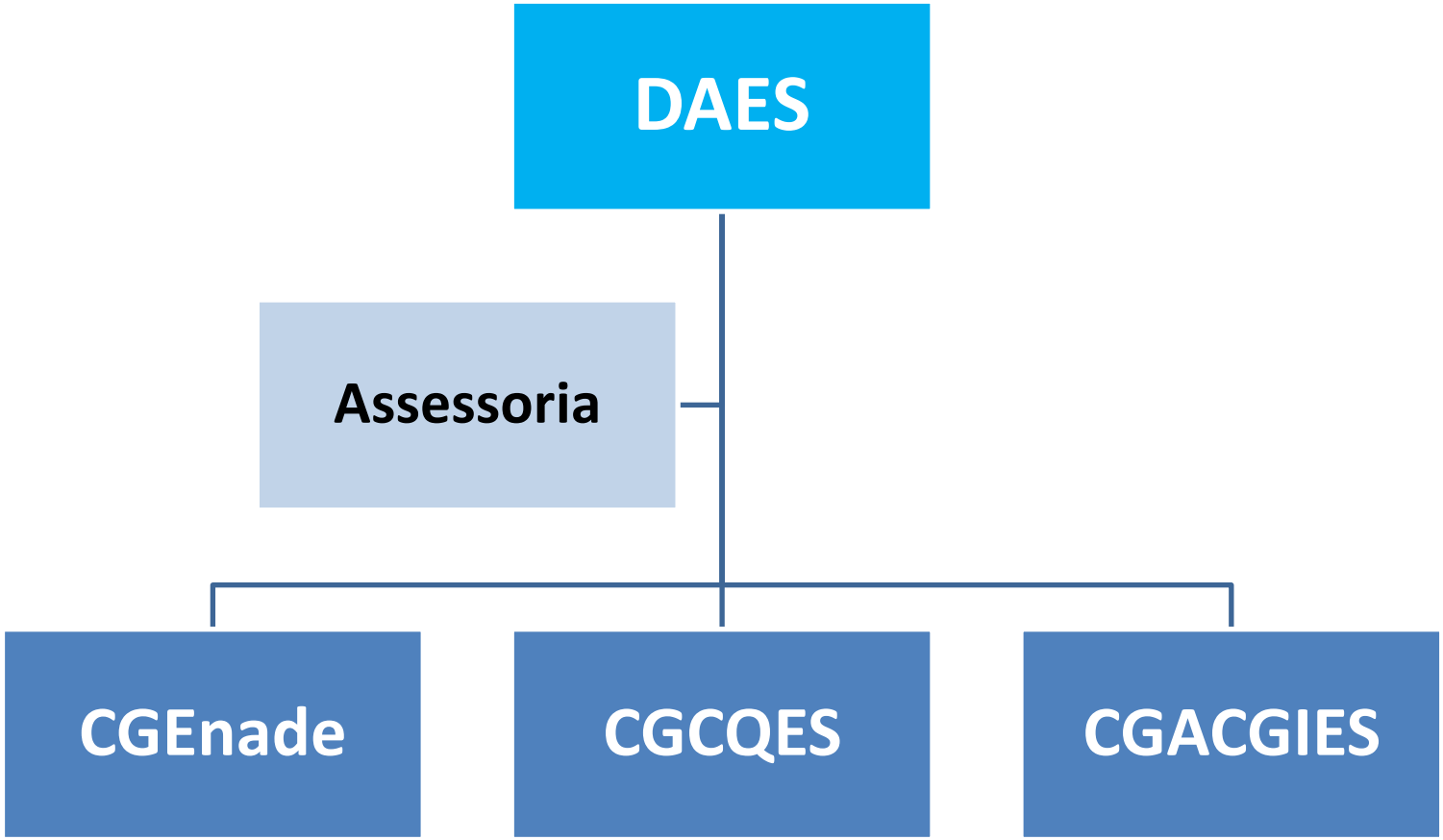


Quantidade de Estudantes Inscritos 2004 a 2017

(valores aproximados - em unidades de milhar)



DIRETORIA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR



- **Coordenação-Geral do Enade (CGEnade):** trata das questões relativas aos instrumentos de avaliação de desempenho dos estudantes concluintes dos cursos de graduação vinculados a áreas de avaliação indicadas, anualmente, em Portaria específica do Ministério da Educação.

- **Coordenação-Geral de Avaliação dos Cursos de Graduação e Instituições de Ensino Superior (CGACGIES):** trata da gestão e operacionalização dos processos de avaliação in loco, que resultam em Conceito de Curso (CC) e/ou Conceito Institucional (CI), a depender do foco da avaliação realizada.

- **Coordenação-Geral de Controle de Qualidade da Educação Superior (CGCQES):** trata da realização dos exames de desempenho de estudantes e da geração de Indicadores de Qualidade da Educação Superior (Conceito Enade, Conceito Preliminar de Curso e Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição).

3. ACREDITAÇÃO NO ÂMBITO NACIONAL E DO MERCOSUL

MERCOSUL

PAÍSES MEMBROS
Argentina
Brasil
Paraguai
Uruguai

PAÍSES ASSOCIADOS
Bolívia
Chile
Colômbia
Equador
Peru

MERCOSUL EDUCACIONAL

O Setor Educacional do MERCOSUL (SEM)

- Criado em 1991

Reunião dos Ministros da Educação (RME)

- Instância máxima de decisão

Ações

- Orientadas por planos estratégicos

Instâncias

- Comitê Coordenador Regional
- Comissão Regional Coordenadora de Educação Superior
- RANA

ESTRUTURA DO SEM

RME

- Reunião de Ministros da Educação do MERCOSUL

CCR

- Comitê Coordenador Regional

CRC-ES

- Comissão Regional Coordenadora de Educação Superior

RANA

- Rede de Agências Nacionais de Acreditação

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Brasil participou do planejamento das atividades de avaliação no âmbito do MERCOSUL desde 2006, inicialmente com o Mecanismo Experimental de Acreditação, depois com o ARCU-SUL.

Com a Portaria 1.734, de 2011, o Ministro de Educação determina que o INEP será o responsável pela implementação do processo de avaliação do ARCU-SUL no Brasil.

Entre julho/2012 e novembro/2014 foram realizadas no Brasil 97 avaliações.

Em 2019 devem ser retomadas as avaliações, que passarão a incluir novas áreas.

Dezembro de 1991

O Conselho do Mercado Comum criou a Reunião de Ministros de Educação (RME) dos países membros do MERCOSUL

- Instância máxima do Setor Educacional do MERCOSUL (SEM)
- Coordena as políticas educacionais do bloco
- Estabelece as estratégias gerais de trabalho
- Assistido por um Comitê Coordenador Regional (CCR), que atua na discussão e elaboração de programas, projetos e atividades

MECANISMO EXPERIMENTAL DE ACREDITAÇÃO

O MEXA foi aplicado em um número limitado de cursos de Agronomia, Engenharia e Medicina, entre os anos de 2004 a 2006.

Os países participantes foram Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai, Bolívia e Chile.

Foram avaliados 62 cursos: 19 de Agronomia, 29 de Engenharia e 14 de Medicina.

A avaliação do MEXA demonstrou que foi adequada a pesquisa realizada pelo SEM e resultou na instalação de um sistema de acreditação permanente.

CRIAÇÃO DO ARCU-SUL

A Resolução nº 17/2008 assinada em San Miguel de Tucumán, Argentina, em 30 de junho de 2008, aprova o texto que fixa as bases definitivas do Sistema ARCU-SUL.

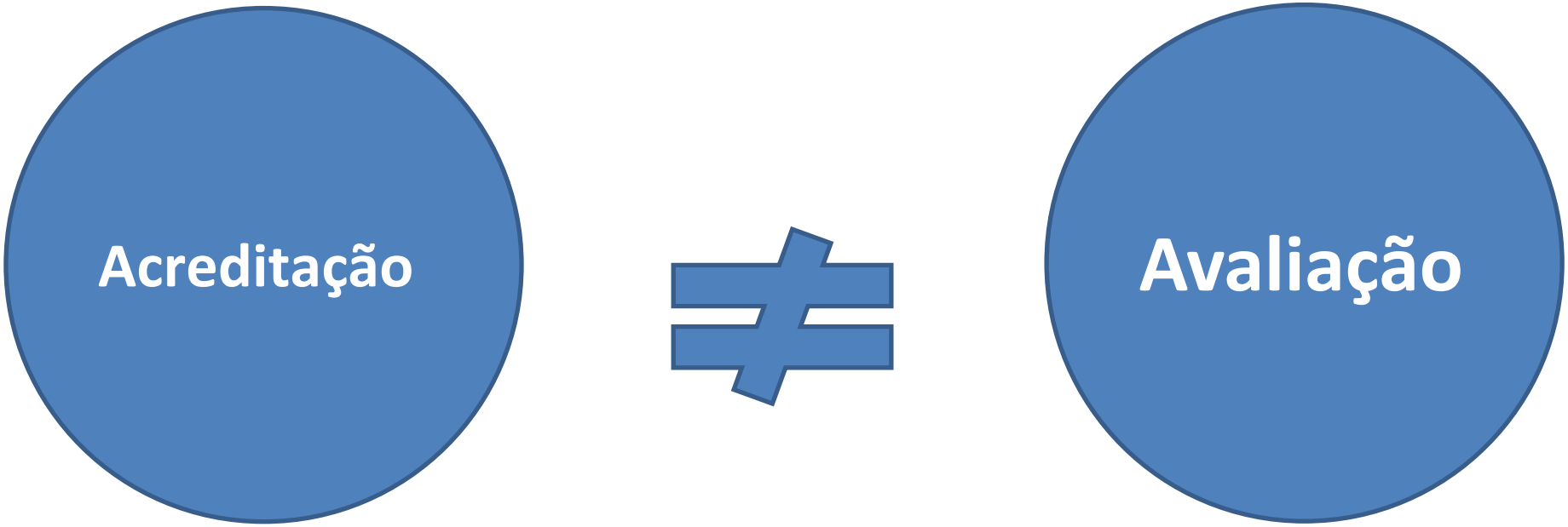
"Acordo sobre a Criação e Implementação de um Sistema de Acreditação de Cursos de Graduação para o Reconhecimento Regional da Qualidade Acadêmica de suas Respectivas Titulações no MERCOSUL e Estados Associados"

ARCU-SUL

O Sistema visa verificar a qualidade de cursos de graduação, mediante critérios regionais, para a melhoria permanente da formação em nível superior, necessária para a promoção do desenvolvimento educacional, econômico, social, político e cultural dos países da região.

PRINCÍPIOS GERAIS

- Acreditação é resultado do processo de avaliação por meio do qual é certificada a qualidade acadêmica dos cursos de graduação
- O ARCU-SUL é gerenciado no âmbito do SEM, respeita as legislações de cada país e a autonomia das instituições universitárias
- As áreas acadêmicas abrangidas pelo sistema são determinadas pela RME, em consulta com a Rede de Agências Nacionais de Acreditação (RANA)
- O Sistema oferece garantia pública na região do nível acadêmico e científico dos cursos
- Este Sistema incorporará gradativamente cursos de graduação de acordo com os objetivos do sistema
- Os critérios regionais de qualidade são elaborados por Comissões Consultivas, com a coordenação da RANA
- A RANA é responsável pela convocação e funcionamento das Comissões Consultivas
- O processo de acreditação é contínuo, com convocações periódicas, coordenadas pela RANA
- A participação no processo é voluntária e poderão pedi-la unicamente instituições oficialmente reconhecidas no país de origem
- O processo de acreditação abrange a autoavaliação do curso, a avaliação externa por comitê de pares e a resolução de acreditação
- A acreditação terá vigor por um prazo de seis anos e será reconhecida pelos países integrantes do sistema.



Avaliação é o processo de verificação

Acreditação é a certificação da qualidade

A Acreditação outorga uma declaração de qualidade e equipara os cursos avaliados da região

Características do Sistema

Afere a qualidade com os demais cursos acreditados, devidamente reconhecidos pelo seu país, com perfis de compatíveis, egressos do curso e relatório de autoavaliação produzido

Respeita a legislação de cada país, ao considerar o perfil do graduado e os critérios previamente aprovados no âmbito de cada formação

É gerenciado pela RANA

Operacionalizado pelas agências de cada país

Áreas Avaliadas

ÁREAS

Agronomia	Arquitetura	Enfermagem	Engenharia	Veterinária
Medicina	Odontologia	Farmácia	Economia	Geologia

Consequência Imediata

Mobilidade de estudantes, docentes e pesquisadores entre instituições e países

- Programa de Mobilidade Acadêmica Regional em Cursos Acreditados – MARCA

Internacionalização

Compartilhamento de tecnologia e conhecimento

CARACTERÍSTICAS DA VISITA

Visita com duração de 5 dias

Comissão de avaliação composta por um avaliador brasileiro e dois estrangeiros (do MERCOSUL)

A comissão é acompanhada por um servidor do INEP, denominado responsável técnico

O responsável técnico faz toda intermediação entre a comissão e a IES

O sistema avalia exclusivamente cursos que desenvolvam ensino, pesquisa e extensão

Benefício direto: mobilidade acadêmica por meio do programa MARCA

DESDOBRAMENTOS DO ARCU-SUL

Responsável Técnico

- Servidores do Inep acompanharam cada comissão com vivência *in loco*, além da teoria
- Maior compreensão do processo avaliativo, com suas vantagens e seus desafios

Avaliadores Nacionais

- Nova experiência de avaliação para os pares nacionais, habituados ao Sinaes

Avaliadores estrangeiros

- Integração acadêmica gerada pelo trabalho entre 3 pares de nacionalidades distintas
- Difusão do modelo de avaliação em plataforma eletrônica

DESDOBRAMENTOS DO ARCU-SUL

IES

- Autoavaliação - cultura da avaliação na comunidade acadêmica
- Relatório serve como plano de melhorias
- Mobilização gera integração

Estudantes

- Beneficiados com programa de mobilidade MARCA
- Intercâmbio institucional entre cursos acreditados
- Mobilidade docente e discente

INEP

- Processo de avaliação interna passou a ter um olhar mais abrangente a partir da experiência internacional
- Indicadores incorporados como acompanhamento do egresso e inserção

ENGENHARIAS COM ACREDITAÇÃO ARCU-SUL

País	Quantidade de cursos
Argentina	19
Bolivia	20
Brasil	29
Colômbia	6
Paraguai	7
Uruguai	3
Total	**84**

Em março de 2018, foram capacitados 150 avaliadores no Inep para integrar o Banco Internacional de Pares Evaluadores (BIPE) da área de Engenharia.

Características do Sistema

Afere a qualidade com os demais cursos acreditados, devidamente reconhecidos pelo seu país e com egressos

Respeita a legislação de cada país, ao considerar o perfil do graduado e os critérios previamente aprovados no âmbito de cada formação

É gerenciado pela RANA

Operacionalizado pelas agências de cada país

4. CARACTERIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA

inep 80 anos 1937-2017
INEP
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
GOVERNO FEDERAL

PANORAMA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

2.407 Instituições de Educação Superior - IES

34.366 cursos de graduação

8.052.254 matrículas

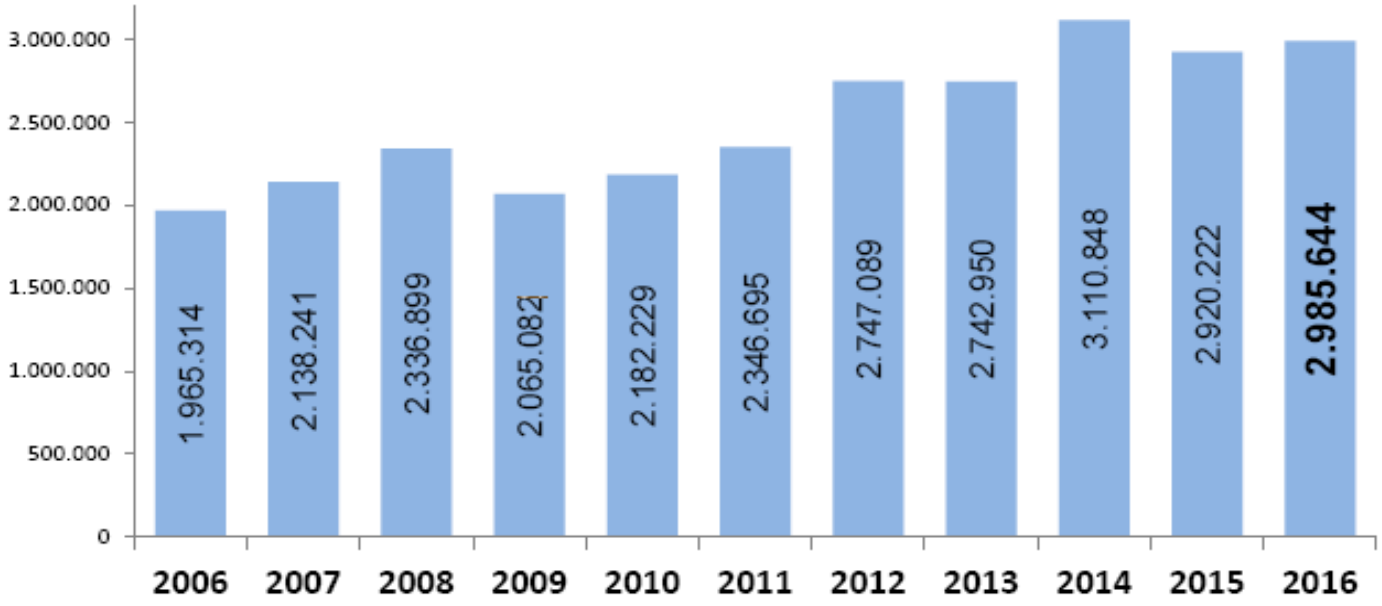
TOTAL DE CURSOS DE GRADUAÇÃO NO BRASIL

NÚMERO DE CURSOS (2016)	GRAU CONFERIDO			
	TODOS	BACHARELADO	LICENCIATURA	TECNÓLOGO
TOTAL	34.366	20.182	7.356	6.828
Pública	10.542	5.418	3.938	1.186
Privada	23.824	14.764	3.418	5.642

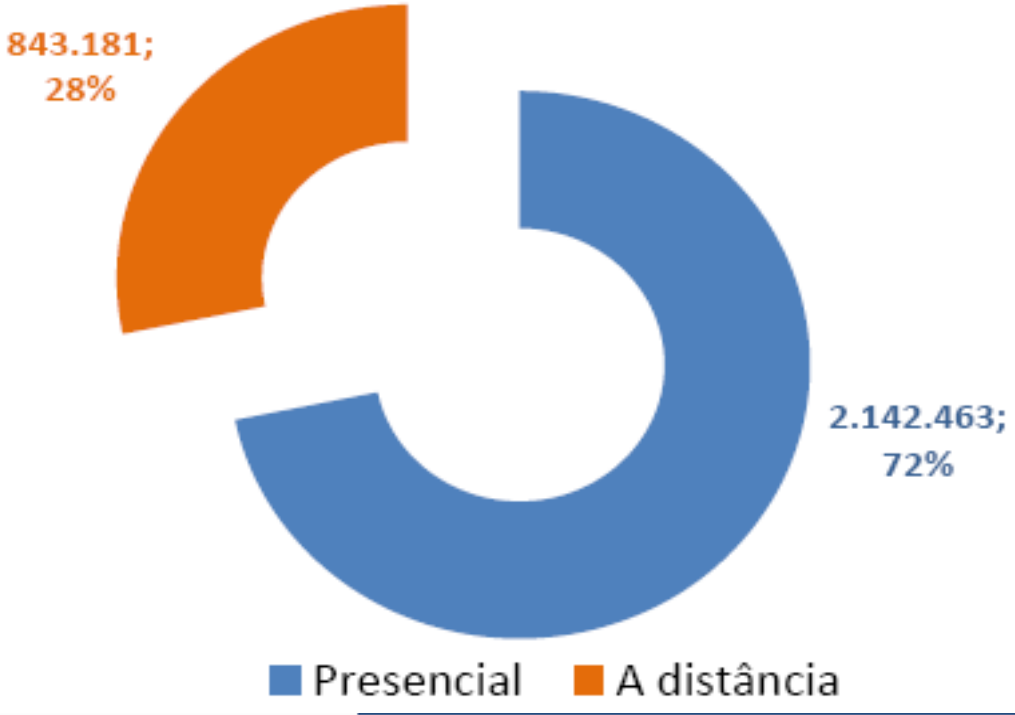
TOTAL DE MATRÍCULAS EM CURSOS DE GRADUAÇÃO NO BRASIL

Matrículas em Cursos de Graduação (2016)	Total	Bacharelado	Licenciatura	Tecnólogo	Não Aplicável
BRASIL	8.048.701	5.549.736	1.520.494	946.229	32.242
PÚBLICA	1.990.078	1.221.969	579.114	157.000	31.995
PRIVADA	6.058.623	4.327.767	941.380	789.229	247

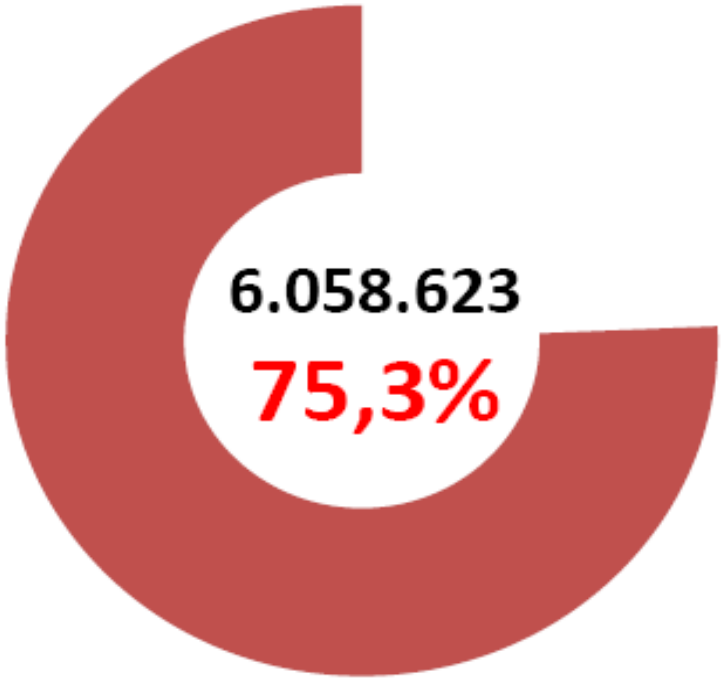
Número de Ingressantes em Cursos de Graduação



2.985.64



Participação da Rede Privada na Matrícula de Educação Superior



A rede privada conta com mais de 6 milhões de estudantes, o que garante uma participação superior a 75% do sistema de educação superior, ou seja, de cada 4 estudantes de graduação, 3 frequentam uma instituição privada.

5. CONTEXTO ATUAL DO SINAES E DO ARCU-SUL

APRIMORAMENTO DO SINAES E DA ACREDITAÇÃO

Desde 2013 a Diretoria de Avaliação da Educação Superior vem promovendo ações para aprimoramento do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, com intensificação a partir de 2017.

AÇÕES NO ÂMBITO DA AVAILAÇÃO *IN LOCO*

As ações da Coordenação-Geral de Avaliação de Cursos de Graduação e Instituições de Educação Superior abrangeram:

1. Saneamento do BASis.

2. Capacitação de 4.500 novos avaliadores de IES e de cursos.

3. Revisão dos Instrumentos de Avaliação de Cursos de Graduação e IES, contemplando as modalidades de oferta – presencial e EaD.

4. Criação de novos conceitos e indicadores para o BASis e os instrumentos de avaliação.

ESTUDOS PLANEJADOS PARA O ENADE

O planejamento de estudos para o Enade prevê:

1. Estudos relacionados às concepções teórico-metodológicas de Matriz de Referência a fim de propor melhorias ao instrumento de avaliação do Enade.

2. Estudos relacionados a modelos de comparabilidade segundo à Teoria Clássica de Teste e à Teoria de Resposta ao Item a fim de propor um modelo de comparabilidade viável ao Enade, que conta hoje com 88 áreas examinadas.

3. A partir dos Estudos 1 e 2, realizar estudo que contemple proposta de novo instrumento de avaliação do Enade, com definição de (i) modelo de matriz de referência; (ii) esquema de comparabilidade entre edições do Exame; (iii) quantidade de itens do caderno de prova; e (iv) tipos de itens que comporão o instrumento.

ESTUDOS PLANEJADOS PARA OS INDICADORES

O planejamento de estudos dos Indicadores prevê, inicialmente, a realização de quatro estudos:

1. Revisão de literatura sobre indicadores e a análise daqueles relativos à Educação Superior produzidos em outros países.

2. Estudo sobre a influência do docente no processo formativo do estudante de graduação.

3. Estudo sobre a influência das condições de oferta dos cursos no processo formativo do estudante de graduação.

4. Revisão de literatura para subsidiar a análise e revisão do Questionário do Estudante e do Questionário de Percepção de Prova.

AÇÕES NO ÂMBTO DA AVAILAÇÃO *IN LOCO*

No que se refere ao Arcu-Sul, estão previstas ações em relação a:

1. Retomada das avaliações para acreditação internacional em 2019.

Estes são tempos de encruzilhadas, como o Quixote já dissera do seu. Mas estes não são tempos de encruzilhadas simples, que poderiam exigir só decisões unipessoais e unidirecionais. A complexidade envolve uma ampla participação e uma responsabilidade ética que religa as relações particulares com a conjuntura total. E a universalidade é o território (físico e virtual) da universidade. Daí sua importância e sua responsabilidade hoje aumentadas. Num mundo que conquistou tantos avanços, especialmente no campo do conhecimento, mas que também abre sua caixa de Pandora e deixa escapar tantas maldades, co-existem enormes promessas e oportunidades construtivas com ingentes e complexos desafios e ameaças. Mas, ao fim e a cabo, é bom lembrar que no fundo da terrível caixa de Pandora estava gravada a palavra “esperança”.

Dias Sobrinho (2005)

GRATOS!

Acesse nossas redes sociais

INSTAGRAM

FACEBOOK

TWITTER

YOUTUBE

Conheça nossas publicações

PORTAL INEP
portal.inep.gov.br

Fale com a Diretoria

Agenda.daes@inep.gov.br
(61) 2022-3410

inep 80 anos 1937-2017
INEP
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
GOVERNO FEDERAL